

ATA FUNDEB	REGISTRO DA SESSÃO PLENÁRIA DE 14 DE AGOSTO DE 2018
---------------	--

Aos quatorze (14) dias do mês de agosto, às dezoito horas e cinquenta (18h50 min), em segunda chamada, instalou-se a reunião ordinária do Conselho do FUNDEB-BH, com a seguinte pauta: **1-** Informes gerais; **2-** Leitura e aprovação da ata anterior; **3-** Construção de resposta ao FNDE sobre denúncia de atraso de pagamento dos profissionais do magistério da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. A reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros: Alexsandro da Silva Gomes, Luiz Gonzaga da Rocha, Maria Antonieta Sabino Viana, Omar Pinto Domingos, Glaison de Moura, Wandson Antônio Silva Mourão e Katia Cristina Varme Dias. As conselheiras Daniella Silva Ribeiro e Viviane Gonçalves Rodrigues justificaram suas ausências. Contou, ainda, com a presença de Vanessa M. da Cunha como secretária executiva. O Presidente Luiz Gonzaga da Rocha abriu os trabalhos dizendo que Marcelino Cástulo Martins, Gerente da Gerência de Convênios e Repasses, informou que o FNDE enviou comunicado de repasse realizado pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Estudante – PNATE, apesar de já ter sido feito pedido de cancelamento e obtida resposta afirmativa de que não haveria mais repasses em 2018, pelo FNDE. Maria Antonieta Sabino Viana sugeriu comunicar o fato ao Tribunal de Contas da União e Omar Pinto Domingos sugeriu comunicar também à Procuradoria Geral do Município. Ainda no primeiro ponto da pauta, Alexsandro da Silva Gomes comunicou que Natália Raquel R. Araújo, titular representante do Poder Público Municipal, se desligará do Fundeb e que ele, suplente da referida conselheira, passará a ser o representante titular, e indicará um suplente. Disse, ainda, que a SMED será responsável pelo pagamento dos servidores. O Conselho do Fundeb será oficialmente comunicado, via Portaria Conjunta FNDE e Tesouro Nacional, que a gestão financeira passará para a Educação. Falou que, se no futuro, num cenário hipotético, sobraem recursos, a vantagem é que a Educação decidirá quais despesas pagar com eles. Maria Antonieta Sabino Viana perguntou se a SMED tem condições de fazer isto e Alexsandro da Silva Gomes respondeu que sim, juntamente com as outras secretarias. Noticiou também que enviou ao Conselho, para replicação aos conselheiros, planilha contendo os valores com

despesas de Pessoal/Encargos Sociais da Educação, liquidados no período de janeiro a junho de 2018, por fonte de recursos (recursos do FUNDEB e recursos municipais), demonstrando que o recurso do Fundeb está diminuindo assustadoramente, pelo não repasse do ICMS por parte do Governo do Estado, tendo diminuído ainda mais este mês. Luiz Gonzaga da Rocha falou que é reflexo da crise do Estado. Wandson Antônio Silva Mourão contou que municípios menores vem sofrendo a mais tempo. Maria Antonieta Sabino Viana disse que o dinheiro é recolhido mas não é repassado e acha que a Rede tem que saber. Alexsandro da Silva Gomes avaliou que o Conselho deve se manifestar. Luiz Gonzaga da Rocha falou que poderia-se acionar o Ministério Público e passou para a leitura da ata da reunião anterior. Após correções e verificação de um item não registrado, ficou-se de buscar a informação faltosa e lançá-la. Nova leitura será realizada na próxima sessão plenária para posterior aprovação. Luiz Gonzaga da Rocha passou para o terceiro ponto da pauta e disse que no Estatuto do Servidor não há nada referente a pagamento e leu o Ofício SMPOG – nº 181/2018, resposta enviada pelo Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão que esclarece não haver atraso de pagamento dos servidores. Maria Antonieta Sabino Viana perguntou: “é segurança do Governo pagar dois (2) dias após o quinto (5º) dia útil”? Omar Pinto Domingos respondeu que é fluxo de caixa; que há lacuna legislativa e não há nada no município que determine o dia de pagamento. Glaison de Moura argumentou que fizeram a pesquisa e não acharam resposta, no que Alexsandro da Silva Gomes concordou. Omar Pinto Domingos avaliou que não devem “entrar” em algo que não tem como provar. Em seguida, houve a construção coletiva do ofício a ser encaminhado ao FNDE e, após, ofício ao TCE MG. Finalizados os trabalhos, o presidente encerrou a reunião às vinte horas e trinta minutos (20h30min). O registro da Sessão Plenária foi realizado pela secretária executiva.